



Carlos Vageler

Aplicação dos Princípios ESG em Unidades Hospitalares

Ambiental, Social e Governança Corporativa





Quem somos? Somos industriais e engenheiros com a missão de agregar valor ao setor de Saúde.

Nosso sonho é levar ao mundo um sistema de automação de hospitais para aumentar seus resultados e a Segurança do Paciente.

Nos últimos 15 anos a Opuspac revolucionou o processo de unitarização de doses. Agora, é a vez da cadeia de distribuição de medicamentos dentro dos hospitais, oferecendo tecnologia acessível, automatismo com rápido retorno do investimento, controle item por item, estoque seguro e segurança do paciente.

E seguimos agregando conhecimento, além de soluções. Por isso, além de fabricar máquinas, criamos a Opuspac University, universidade corporativa para compartilhar conhecimento útil no contexto da Saúde.

Nosso blog, com mais de 60 artigos técnicos em assuntos como Gestão, Qualidade e Redução de Desperdícios, nos faz tão felizes, como ter chegado a mais de 800 hospitais em 24 países.

Sim, sabemos que não somos perfeitos, e justamente por isso que, junto a nossa equipe de profissionais altamente qualificados, nos esforçamos muito mais.

Pode Confiar! Se fosse diferente, não teríamos crescido exponencialmente nos últimos 15 anos.

Carlos E. Vageler

Aplicação dos Princípios ESG em Unidades Hospitalares

Ambiental, Social e Governança Corporativa

© 2023 Opuspac University - todos os direitos reservados

ISBN: 978-65-980526-2-1

1ª Edição (maio de 2023)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vageler, Carlos

Aplicação dos princípios ESG em unidades hospitalares : ambiental, social e governança corporativa / Carlos Vageler. -- 1. ed. -- Louveira, SP : Opuspac University, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-980526-2-1

1. Governança corporativa
2. Hospitais - Administração
3. Responsabilidade social corporativa
4. Sustentabilidade I. Título.

23-161841

CDD-658.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Governança corporativa nas empresas : Administração 658.4

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Índice

Prólogo	7
Introdução	9
História	13
Social	17
Meio Ambiente e Sustentabilidade	19
Desenvolvimento de uma cultura	25
Vulnerabilidade	29
Das críticas ao Green Washing	31
A decisão de implantação do ASG nas empresas	35
Empresas ASG e o Mercado	37
A implantação do ASG em hospitais	41
Pacto Global e as ODS	53
Conclusão	57
Referências bibliográficas	59

Prólogo

Li com muito interesse a obra de Carlos Vageler, que trata de temas importantes, com boa didática. Ele começa demonstrando que ASG (ESG em inglês) não é uma ferramenta para conseguir um selo, ou um atributo de marketing.

ASG é uma cultura, e por isso habita numa categoria superior. É uma forma de ver as coisas, um paradigma onde predomina o conceito de ecossistema tanto no empresarial quanto no ambiental e social. A ideia da fragilidade de nossas escolhas e caminhos subjaz nele, definindo a sustentabilidade como um fator (driver) que deve estar sempre presente, para atingir nossos objetivos.

Carlos nos educa que o objetivo da sustentabilidade não é exclusividade do ambiental. A sustentabilidade deve aplicar-se também ao social e à governança. Ele explica que a cultura é anterior à prática de ASG o que é muito importante.

O termo *accountability* é muito abrangente e significa responsabilidade pelas suas ações, o que leva a prestar contas com transparência. Transparência assim se relaciona com accountability, como a ética do século XXI e que se aplica à governança tanto quanto ao social e ao ambiental.

Finalmente, adicionamos o *compliance* como o cumprimento de todas as regras normas expressas ou não, que também deve ser seguido nas três áreas de responsabilidade.

Em tempos assim, reforçar o conceito de sustentabilidade é tão importante quanto comprar um seguro para nosso carro, ou casa. Não podemos comprar um seguro para muitas de nossas ações, mas podemos enfatizar a sustentabilidade de nossos caminhos, ou estratégias, o que nos dará segurança em atingir nossos propósitos.

Victor Basso

Diretor da Opuspac University

Introdução

Nos últimos anos a sigla ESG que, no idioma inglês são as iniciais de *Environment, Social and Governance* e, em português, **Ambiental, Social e Governança**, ganhou destaque, principalmente quando relacionado aos investimentos. Isto é, as empresas que adotam os princípios relacionados às palavras da sigla e que estejam listadas em bolsas de valores pelo mundo (ou mesmo as que não fazem parte do mercado de ações) pontuam positivamente para aqueles investidores que conseguem enxergar nesses movimentos de sustentabilidade algo que é essencial para a sobrevivência das empresas a longo prazo. Implantar o ESG numa empresa significa, em resumo, seguir os bons princípios de governança corporativa, ambiental e social.

Nesse texto iremos usar a sigla traduzida, Ambiente, Social e Governança Corporativa, **ASG**.

É importante desvincular o significado e a importância do ASG da ótica exclusivamente ambiental ou do ativismo social, pois isso tira o foco do seu real significado. Este erro de interpretação é comum e é causado, em grande parte, pela forma muitas vezes errônea e simplista que a sigla é difundida na maioria das mídias existentes. Mais importante ainda, deve-se desvincular totalmente da esfera do ativismo político.

Não é difícil de entender que os itens da sigla ASG são fundamentais para a continuidade, isto é, sustentabilidade daquilo que queremos preservar. Ini-

ciando pela economia, que depende essencialmente dos recursos naturais e do próprio ambiente que dá sustentação a vida, a satisfação da sociedade com aquilo que pode obter e, principalmente, o futuro dos seus filhos com toda a linha de descendentes. Isso nada mais é do que sustentabilidade que, também, é palavra mal compreendida, pois não se limita às questões ambientais. O ASG é exatamente isso, equilíbrio, entre os seus componentes interligados, **ambiental, social e de governança**, que podem dar esperança de um futuro melhor à sociedade como um todo.

Para se ter uma ideia da importância da sustentabilidade no mundo corporativo, em especial para aquelas empresas que estão no mercado de ações, na B3 temos os seguintes índices para medir o desempenho daquelas que adotam práticas diferenciadas de gestão, isto é, governança corporativa e sustentabilidade:

- Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE;
- Índice Carbono Eficiente – ICO2;
- Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada – IGC;
- Índice de Ações com Tag Along Diferenciado – ITAG;
- Índice de Governança Corporativa Trade – IGCT;
- Índice de Governança Corporativa – Novo Mercado - IGC-NM.

Apesar da ampla divulgação da sigla ASG, ela é feita de forma genérica, superficial. Até aqueles que querem aprofundar-se no tema ou mesmo implantar os seus princípios na empresa têm dificuldade em conseguir informações concretas do “como fazer”.

O objetivo do material que segue é exatamente dar uma base de entendimento e iniciar a implantação, isto é, o compromisso da empresa com o Ambiental, Social e Governança.

História

A sigla ESG surgiu pela primeira vez em 2005 em um documento elaborado após o Pacto Global em parceria com o Banco Mundial realizado em 2004, intitulado “Who Cares Wins” (Quem se importa, ganha). Ocorreu depois de uma provocação do secretário-geral da ONU Kofi Annan a 50 CEOs de grandes instituições financeiras sobre como integrar fatores sociais, ambientais e de governança no mercado de capitais, expondo o reconhecimento dos pilares para o investimento responsável em empresas que seguem os princípios Ambientais, Sociais e de Governança.

A união dos três elementos da sigla representa demandas que parecem muito recentes, mas todas essas têm um histórico peculiar de debates e de atuação da sociedade, mostrando assim que certas atividades, como essas se desenvolvem, e a própria percepção social interferem nas escolhas na hora de investir numa determinada empresa.

Analizando cada um dos itens dessa sigla que formam hoje a percepção dos princípios a serem seguidos por empresas que têm a real preocupação com o presente e o futuro da sociedade, a governança é aquele que dará a direção para que os outros, social e ambiental, sejam tratados e gerenciados de forma eficiente, transparente e dada a devida publicidade.

A imagem de que apenas as grandes empresas têm a possibilidade de seguir princípios vinculados às áreas do ASG não é verdadeira. Cada empresa pode ter uma influência positiva se os princípios forem aplicados de forma correta considerando o que é possível ser desenvolvido e qual o volume e impacto das ações em proporção ao seu tamanho e faturamento.

Sendo assim, qual é o papel da Governança no contexto da aplicação dos princípios do ASG? Qual sua importância na efetividade e manutenção de questões sociais e de Meio Ambiente na empresa?

O conceito de Governança Corporativa pode ser representado pela adoção de boas práticas administrativas com o objetivo de dissuadir conflitos de interesse entre as partes interessadas. Seus princípios são apresentados no código das melhores Práticas de Governança Coorporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, o IBGC, que tem como base a: **transparência, equidade, responsabilidade corporativa e prestação de contas** (accountability) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC, 2015).

A **transparência** é a divulgação de informações não obrigatórias, afinal o que a lei determina divulgar é dever das empresas. Tudo que se publica e divulga que não é por obrigação nem por lei, mas sim pelo desejo de ser transparente, aumenta o conhecimento do público sobre a empresa e, consequentemente, aumenta a confiança na corporação. A divulgação de informações não deve ficar apenas na área financeira, deve atingir também o corporativo, ações ambientais e sociais, entre outras. Sua divulgação não deve se restringir ao público interno ou externo, mas sim contemplar ambos, aumentando assim o clima de confiança dentro da empresa, bem como a criação de valor.

O **princípio da equidade** simboliza o tratamento igualitário entre todos: o acionista majoritário e o minoritário, o funcionário do alto escalão e o da base, o grande e o pequeno cliente e todas as partes interessadas, sem qualquer tipo de discriminação.

Accountability é a prestação de contas, é o gestor assumindo e respondendo por seus atos e por suas omissões. O princípio da responsabilidade corporativa é o papel da empresa perante a sociedade, a corporação exercendo sua função social e ambiental, como a criação de empregos, investimento em tecnologia, ações educativas, culturais, sociais e de sustentabilidade ambiental.

Assim, a Governança Corporativa é um conjunto de práticas que busca melhorar o relacionamento da empresa com seus acionistas, majoritários e minoritários, e demais partes interessadas, os chamados *stakeholders*.

Quando falamos em Governança não podemos deixar de citar a aplicação do *Compliance*, conceito cunhado em inglês, vindo do verbo *To Comply*, que se traduz Cumprir, estar em conformidade. Segundo o Glossário das normas do *The Institute of Internal Auditors* (2012), conformidade é “aderência aos requisitos da lei, indústria e normas e códigos organizacionais, princípios de boa governança e normas éticas e aceitas pela comunidade”.

Compliance na empresa é um programa composto de atividades que têm como objetivo a conformidade. Segundo definições de *Compliance* dos Comitês de *Compliance* da ABBI e da Febraban “Ser *compliance* é conhecer as normas da organização, seguir os procedimentos recomendados, agir em conformidade e sentir o quanto é fundamental a ética e a idoneidade em todas as nossas atitudes”. Diferente de “Estar em *compliance*” que é: “estar em conformidade com leis e regulamentos internos e externos”.

Historicamente as leis que regem e procuram debelar algum tipo de tentativa de controle em relação às empresas, governo e sociedade tiveram seu

marco inicial na Quebra da Bolsa de Nova York em 1929. Mais recente, no Brasil, aprovou-se a Lei Anticorrupção, Lei nº 12.846/2013 (BRASIL, 2013). Com isso pode-se entender melhor o papel da Governança dentro dos princípios do ASG, com vistas ao interesse de investimentos nas empresas, pois é o passo fundamental para que questões sociais e ambientais necessárias sejam bem desenvolvidas e que tenham uma repercussão prática, real.

A Governança conta também com as auditorias, que podem ser internas ou externas, como forma de obter informações que possam mostrar a efetividade das boas práticas administrativas na entidade, seja em qual área for. Daí vem a importância de que os responsáveis pela governança estejam envolvidos na administração da empresa.



Social

A questão social passa a ser uma preocupação para as empresas, tornando-se até mesmo um objetivo para aqueles que entendem seu papel ou função social. Desde os anos 80, em especial nos anos 90, mudou-se o relacionamento mundo corporativo — sociedade, entre a mesma cadeia de negócios, dentro das próprias empresas, acionistas e seus dirigentes. A literatura na área de Governança tem se ocupado em entender e discutir, de forma ampla *“as relações entre as organizações e a sociedade, enquadrando-as sob o prisma da responsabilidade social corporativa. As dificuldades conceituais e metodológicas em delimitar a responsabilidade e a ação das organizações, nessa construção, abriram espaço para novas reformulações teóricas”*¹.

Nesta área social, uma das consequências do papel preliminar da governança é a análise dos objetivos das companhias, tendo em vista suas interfaces com as demandas e o direito dos outros “constituintes organizacionais”, definidos genericamente como stakeholders. Entre essas partes interessadas, está a sociedade e suas necessidades.

¹ CAMPOS apud ROSSETTI; ANDRADE, 2012, p.107

Meio Ambiente e Sustentabilidade

O histórico da valorização das empresas e a visão da sociedade em relação às questões ambientais já passou por muitos altos e baixos. No final da década de 60 e início de 70 formaram-se as condições para a percepção de que algo precisava ser feito em relação aos danos ambientais que ocorriam no mundo, no entanto essas condições derivaram de um extremado pessimismo em relação aos impactos ambientais. Algum tipo de preocupação nessa área já vem de tempos bem mais remotos, como no Egito antigo, com a proibição de corte de árvores à beira do Rio Nilo devido à percepção dos danos causados pela erosão de suas margens, passando pelos Romanos, que puniam severamente quem poluísse as fontes de água, orgulho dessa população que valorizava os banhos e todo esforço de engenharia com seus aquedutos, até chegar a Charles Darwin, obrigando muitos a fazerem uma revisão em seus conceitos na relação espécies e o meio ambiente. Após isso, em resu-

mo, temos o surgimento das primeiras entidades ambientalistas contemporânea na Europa. Entretanto, foram nas décadas de 60, 70 e 80 que os movimentos ambientais passaram a ter grande destaque devido ao descaso de governos e empresas com a questão ambiental, às ameaças nucleares e às consequências muito mais perceptíveis à maioria da população, como a degradação da qualidade de vida nas cidades e também no campo, sem contar com a mídia impressa e televisiva. Tem-se como exemplo os CFCs (Clorofluorcarbono), gases utilizados intensamente na indústria: na fabricação de aerossóis domésticos, nas serpentinhas de refrigeradores e equipamentos de ar-condicionado, que, quando liberados, prejudicam intensamente a camada de ozônio na atmosfera, essencial para a proteção do planeta contra as radiações nocivas do sol. Em 1987 surgiu o Protocolo de Montreal que regulamenta o uso de substâncias que destroem a Camada de Ozônio, tratado internacional que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1989 e que apresenta adoção universal com 197 estados partes (Decreto nº 99.280/90). Nesse caso, as primeiras observações de redução dessa destruição apareceram no início do século XXI, mostrando que as mobilizações sociais com base científica são importantes e necessárias.

Outro evento importante foi o Relatório da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMD) das Nações Unidas, em 1987, com a construção do Relatório Brundtland. Nesta divulgação, se popularizou a noção de Desenvolvimento Sustentável. De acordo com o relatório CMMD:

“Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que garante o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas necessidades”¹.

¹WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987, p.46

O Desenvolvimento Sustentável, de acordo com o mesmo relatório deve ser entendido como:

*“Um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas”.*¹

Levando em conta essa noção e definição de sustentabilidade, que obviamente tem relação com as questões e teorias da economia, e sobre o fato de que o ASG surgiu em um contexto de valorização das empresas e de mercado de capitais, cita Robert Solow, Prêmio Nobel de economia 1987:

*“... se sustentabilidade tiver que ser algo além de um 'slogan' ou manifestação de emoção, a expressão deve ser uma injunção para a preservação da capacidade produtiva por todo o tempo”.*²

No Brasil, a Constituição de 1988 levou a um grande avanço no que tange a percepção das questões ambientais e pavimentou caminho para outras atualizações, pois definiu, em seu artigo 225, que (BRASIL, 2020):

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

¹ WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987, p.49

² SOLOW apud MUELLER, 2005

No corpo desse artigo fica claro a responsabilidade do poder público para assegurar a efetividade desse direito em detalhes e, também, o princípio da sustentabilidade, citando as futuras gerações. Anteriormente à Constituição de 1988 (BRASIL, 2020), que definiu o Meio Ambiente preservado como um direito, já estavam em vigor o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) e o Código Florestal Lei nº 4.771/65 (2012), que eram específicos a uma categoria de preservação (florestal), diferindo da Constituição de 1988, que definiu um caráter geral de preservação e, ainda mais, como um direito ao ambiente saudável.

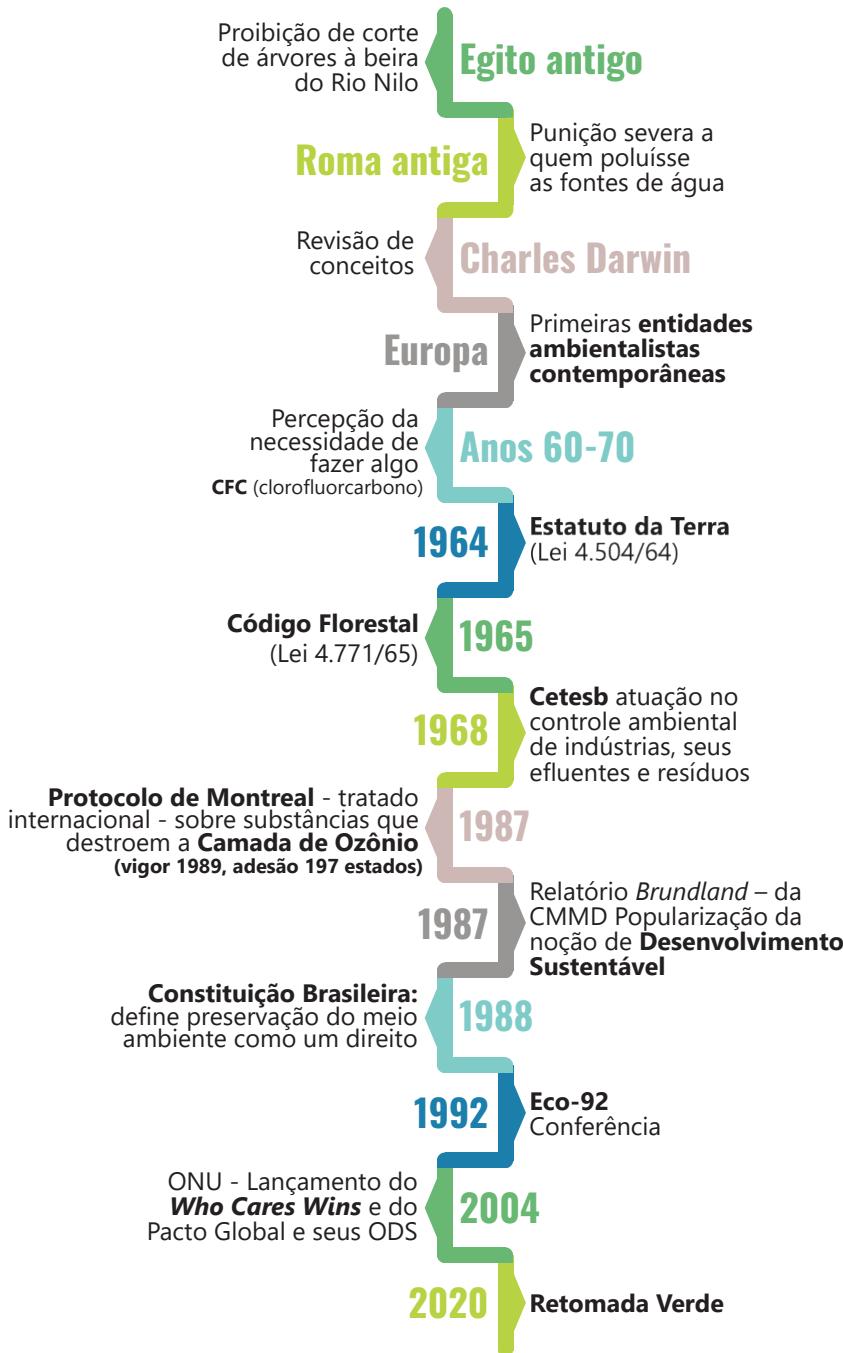
Em 1992, foi realizada no Brasil a Conferência Eco-92, evento que consolidou no país a visão mais ampla da sociedade em relação aos temas ambientais, tendo como objetivo a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável. Não obstante a isso, no decorrer dos anos seguintes, ocorreu a implementação de vários dispositivos legais para que o controle ambiental do funcionamento das indústrias, seus efluentes e resíduos, fosse efetivado. Órgãos estaduais, como a CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), criada em 1968 pelo decreto 50.079, têm papel fundamental na atuação nesse controle (CETESB, 2021).

O Brasil sempre foi conhecido pelos avanços na legislação ambiental, no entanto, leis boas não significam que sua aplicação também seja. Percebe-se vários altos e baixos no decorrer dos anos pós-consciência mais globalizada em relação às causas ambientais e sociais. Entretanto, no que se refere à questão ambiental, não existe a vantagem do tempo para corrigir erros críti-

cos causados nos momentos de baixa. A consequência disso pode ser uma degradação irreversível ou, caso seja reversível, com um custo muito alto. O preço da recuperação ambiental é infinitamente maior do que o da preservação. Nesse sentido, o ASG nas empresas passa a ter uma percepção diferente, pois entra no campo da economia.

A pandemia do Corona vírus, iniciada em 2020, fez ganhar força a noção de que as empresas irão precisar de estímulos e de investimentos, com isso surgiu o termo “Retomada Verde”, em fóruns ambientais por todo o planeta. No Brasil o termo ficou mais conhecido pelo uso no jornal O Estado de São Paulo (2021) em matérias em coluna específica com essa chamada. Esse movimento reforça a necessidade de que empresas se engajem nessa luta em prol a sustentabilidade que, como já explanado, não está desconectada do social. A noção de sustentabilidade tem como pilares o meio ambiente, impacto social e economia, já agregando em si dois dos itens da sigla do ASG. Da citação de Solow, o mais importante, e que leva a discussão principal, é a efetividade das empresas em relação aos princípios do ASG. Isto, mais de duas décadas antes desta sigla ser usada pela primeira vez, mostra que não é apenas um slogan, algo que será utilizado apenas para o Marketing ou para uma suposta valorização de mercado, e sim de forma real, com evidências palpáveis, que possam ser auditáveis¹.

¹ SOLOW apud MUELLER, 2005



Desenvolvimento de uma cultura

Há uma diferença fundamental entre aquilo que se divulga e o que representa uma nova ideia. Apesar do não ineditismo de cada item da sigla ASG, o fato é que a adoção do conjunto como forma de desenvolver uma cultura adequada à realidade e ao que o mercado espera pode gerar muitos questionamentos e dúvidas, até o momento de transformar-se em algo amplamente aceito. Temos o desafio da educação necessária para entender a importância dos temas relacionados. Esses temas, como já visto, são fundamentais para a continuidade das atividades humanas, transcendendo o mundo dos negócios.

Sendo assim, essa cultura apropriadamente difundida poderá debelar críticas não construtivas e, lógico, aproveitar-se daquelas que podem agregar valor.

Uma cultura ASG pode ser mais bem assimilada com analogias simples, do cotidiano das pessoas, daquilo que elas têm maior intimidade. Alguns exemplos:

Em escala individual, pensemos em um veículo, um carro que é usado para ganhar a vida como motorista de aplicativo, o seu único sustento. Para que você seja bem avaliado, vários pontos precisam ser observados, desde a condição geral do carro, limpeza externa, interna, condição mecânica, aparência

geral e do condutor, sua apresentação, a vestimenta, educação e modo de dirigir o veículo. Imagine o motorista que, por descuido ou pura ignorância, passe a desprezar esses itens de avaliação, descuidar da mecânica do carro, como a manutenção nos freios. O que ocorre? Simplesmente ele perderá clientes, e pior, poderá perder a vida em um acidente.

O exemplo acima se estende a questões de sobrevivência econômica e sua sustentabilidade.

E relacionado ao **meio ambiente**, aliada à econômica, podemos dizer:

Uma terra produtiva usada para agricultura, mas que, ao longo do tempo, não recebeu o cuidado ambiental adequado. O solo foi deixado degradar-se, os recursos hídricos não foram preservados e demais questões fundamentais de preservação foram desprezadas. Com isso a terra passa a ser improdutiva, necessitando de gastos astronômicos para a recuperação, ou pior, chegando a ser inviável definitivamente.

Na esfera social

Uma pessoa que tenha uma boa condição financeira, família saudável, boa educação, boa moradia. No entanto, no seu entorno, as condições de seus vizinhos, da cidade em que vive, não são das melhores. Má administração pública, alto índice de criminalidade e tudo mais que isso possa representar negativamente. Nesse caso, podemos concluir que, apesar da boa condição individual favorável, ela é muito impactada pela condição social do seu en-

torno, que inevitavelmente irá afetar negativamente a sua vida, inclusive financeiramente devido aos investimentos particulares em segurança e os riscos que isso representa.

Na governança

Numa empresa, as vendas e a produção estão excelentes, atingindo e superando metas. Em um determinado momento, os processos administrativos começam a falhar, não dando conta de prover as análises financeiras, descumprindo prazos de pagamentos, gerando erros nos cálculos de impostos devidos, não se atentando as questões trabalhistas etc. Nesse caso, todo esforço das áreas comercial e de produção podem ser preteridos para “consertar” os estragos e os prejuízos que a má administração causou. Seguir os bons princípios da administração são tão importantes quanto o bom desempenho em qualquer outra área.

Podemos até imaginar que os exemplos acima são óbvios, que isso não pode acontecer ou que só um louco poderia agir assim, depreciando o seu sustento.

Pois é. Em todas as escalas, é isso que ocorre no planeta e no cotidiano de muitas empresas. A sustentabilidade não está sendo levada a sério e ela é exatamente isso: preservar por tempo suficiente ou até indeterminado a forma de sustento, econômico, ambiental e social. E como conseguir isso? Através de uma boa governança, seja de sua própria vida, da empresa, do país.

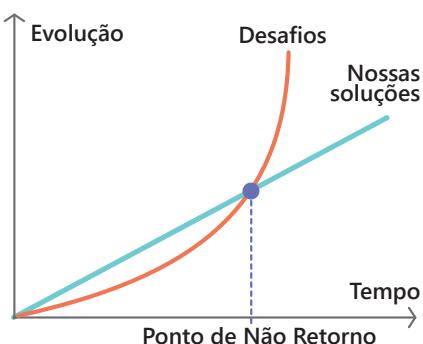
O ponto de não retorno

O ponto de não retorno é aquele “momento” em que um sistema não pode mais voltar a uma determinada condição anterior, ocorrendo uma reorganização que pode ser muito abrupta, prejudicial ou irreversível.

Leva-se em conta que o aumento exponencial dos problemas não pode ser acompanhado de soluções com evolução linear, sob pena de chegar ao ponto de ruptura.

Isso se aplica a uma diversidade de situações que atualmente está muito ligada as questões climáticas, como por exemplo ao ponto onde ainda é possível fazer algo, como a redução de emissões de carbono na atmosfera, para que as temperaturas médias no planeta não ultrapassem certo limite perigoso. No campo social também, com determinada situação limite de descontentamento de uma população, onde um governo não entregando a devida atenção, chega-se a uma convulsão social. Na governança corporativa é o mesmo,

quando a complexidade das operações administrativas, financeiras, fiscais, trabalhistas, não são atendidas de forma correta, agindo com bons princípios, chegam ao momento em que não é mais possível reverter as consequências, legais, tributárias e outras.



Vulnerabilidade

Um dos conceitos que está agregado aos temas ambiental, social e econômico, é a medida de vulnerabilidade que se encontra determinada empresa no momento do diagnóstico pré-planejamento da implantação do ASG e na sua manutenção. Vulnerabilidade é o lado fraco de alguma questão, onde algo pode ser atacado, lesionado, ferido.

Na implantação do ASG, a análise de risco nas áreas ambiental, social e de governança tem por objetivo prevenir e evitar que a empresa seja lesionada, fortalecendo os pontos fracos e até eliminando-os e, caso seja colocada à prova, tendo as melhores respostas.

Das críticas ao Green Washing

É comum escutar em rodas de conversa ou até mesmo ler em matérias em mídias diversas que o ASG é apenas mais uma sigla da moda, propaganda para vender mais, sem efeito prático. Em especial, existe o discurso que a implantação dos conceitos de ASG nas empresas são geradores de inflação, pois encarecem o produto.

Essas afirmações são equivocadas. O ASG é uma forma de prevenir danos significativos aos recursos naturais, às questões sociais e à capacidade administrativa ligadas a uma empresa. Esses danos sim, tal como escassez de recursos, problemas sociais com risco de convulsão e dificuldades em gerir o negócio, irão causar problemas econômicos e fenômenos como a inflação devido à escassez, e despesas para mitigar tais situações. Em uma escala maior, mas olhando para a individualidade de uma empresa, a sustentabilidade nada mais é do que a procura pelo equilíbrio duradouro. Equilíbrio aqui, vale lembrar, não é o mesmo que estagnação, mas sim um desenvolvimento constante e sustentável.

Há críticas ao ASG e algumas com certeza estão com razão, mas é pela atuação, o uso indevido e má interpretação, como em qualquer coisa que merece ainda um tempo para a sua maturação.

Existe a questão da veracidade das ações referentes ao ASG nas instituições. O termo para isso é *Greenwashing*, que nada mais é do que dizer que faz, mas, na verdade, fingir fazer. É uma “lavagem verde”, passar uma tinta para dizer-se ambientalmente correto, socialmente justo e que faz uma boa administração das coisas.



O *Greenwashing* se tornou um problema, que se combate com informações de qualidade a aqueles que escolhem as empresas para consumir seus produtos ou nelas investirem, pois há muita superficialidade na abordagem do tema. Muitas das divulgações não se dão nem ao trabalho de traduzir o significado da sigla e muito menos dar sentido a essa, a começar pela governança. A essencialidade do que significa ter uma boa governança corporativa e, principalmente, o porquê de ser ambientalmente e socialmente responsável é o que deveria mover o conceito ASG. Em muitos casos não há sequer uma abordagem inicial histórica e muito menos o caminho, etapas do que foi implantado. É fácil perceber isso em textos e discursos. Termos como educação, sustentabilidade e até o social são colocados em meio a expressões e junto a outras palavras que impõem algo absoluto. São as “Palavras Mágicas”, simplesmente inseridas numa retórica, como se isso, por si só, desse a

credibilidade ao interlocutor. Ao implantar o ASG, que é algo que interessa ao público e aos Stakeholders da empresa, é fundamental ser didático. Se o objetivo é implantar o ASG e dar visibilidade, transparência, seja o mais claro e explicativo possível. Não considere que todos têm obrigação de saber previamente algo.

A decisão de implantação do ASG nas empresas

Em geral, na literatura disponível sobre o tema não fica claro como proceder, de forma orgânica, com a implantação do ASG em empresas.

O primeiro passo, no entanto, é exatamente entender o significado de ter o compromisso com o ambiental, social e de governança numa empresa, em um hospital. A decisão de adotá-los deve partir da alta gestão, não no sentido de uma imposição, e sim no exemplo, de cima para baixo, desde o mais alto cargo até as funções de base, todos devem estar envolvidos com o ASG, cada um fazendo sua parte.

Algumas perguntas frequentes:

- *Tenho de contratar uma consultoria?*

Não, pelo menos em um primeiro momento, quando é preferível ter a decisão amadurecida em relação à implantação do ASG e um diagnóstico inicial básico do ponto em que está em relação aos itens da sigla. No entanto, um consultor poderá orientar os passos a seguir e ter uma visão menos influenciável dado a rotina da empresa, mas são os gestores e colaboradores que conhecem a estrutura, que terão a melhor condição de mostrar detalhes e auxiliar esse consultor em seu trabalho.

- *Tenho de contratar uma certificação, ela é obrigatória?*

Não. Vamos partir do princípio de que uma certificação nada mais é do que uma terceira parte, alguém de fora da empresa, sem relacionamento com ela, dizendo: — OK, vocês fazem o que dizem fazer. Em troca disso, essa parte terceira lhe dá um selo, que pode ser utilizado para Marketing e afins. Isso ocorre também com diversas certificações, técnicas ou de outros compromissos. Algumas delas são utilizadas para questões legais, mas a maioria não. No caso do ASG, não há uma obrigatoriedade legal, da mesma forma que a maioria das certificações. No entanto, alguns modelos de relatórios e padrões a serem seguidos podem ser exigidos dependendo dos objetivos, como atrativo de investimentos, além do que são essenciais para a divulgação dos compromissos assumidos, realizados e suas metas.

Novamente temos a questão da decisão de seguir os princípios do ASG. Os caminhos e as formas dependem das disponibilidades das equipes internas da empresa, então podem variar, mas o principal a se perguntar é: O porquê eu quero isso? É uma questão de marketing apenas, pretendo atrair investidores, ou realmente acredito que a empresa ser sustentável e apostar em um mundo melhor é importante?

Pode ser um, dois ou todos os motivos existentes, mas o que importa é que seja verdadeiro esse compromisso, para não cair no *Greenwashing*.

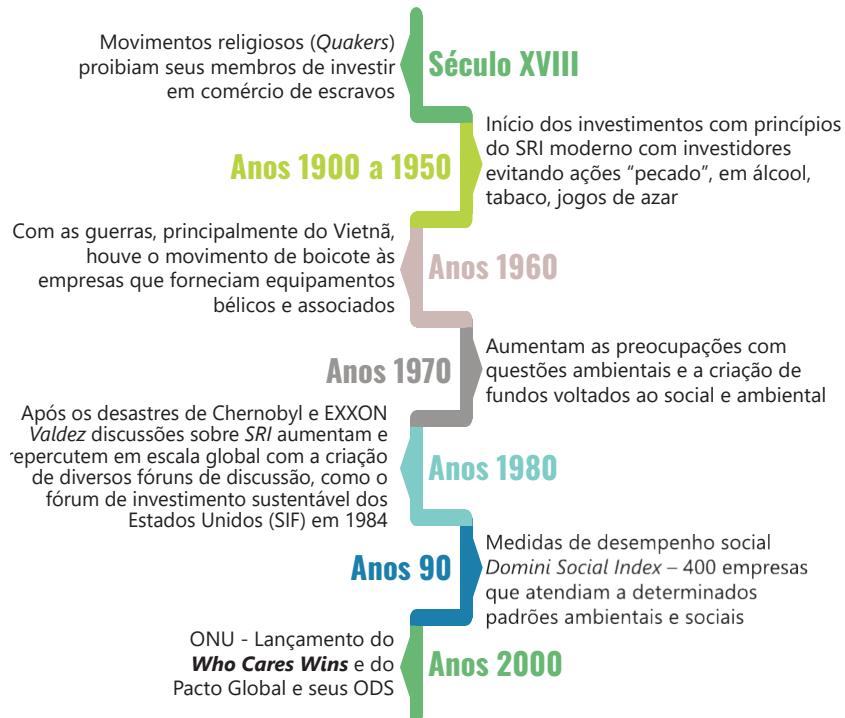
Empresas ASG e o Mercado

Em relação a atrair investidores, vamos lembrar que o ASG, quanto aos elementos agrupados, surgiu dentro de uma temática de investimentos em empresas comprometidas com a sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa. Isso refletiu numa corrida para que as empresas mostrassem a esse mercado o que cada uma estava fazendo para cumprir com os compromissos de sustentabilidade, com o objetivo de atrair investidores alinhados a esses.

Criado em 2005 , “*Principles for Responsible Investing*”, o PRI (Princípios para o Investimento Responsável) é uma rede internacional de instituições financeiras apoiada pelas Nações Unidas, hoje com mais de três mil signatários com ativos sob sua gestão que ultrapassam dos USD 100 trilhões, que trabalham em conjunto para implementar seis princípios:



Não é tão recente a preocupação de investidores com os aspectos ASG, lembrando que sempre temos de analisar essas questões fora da ótica da sigla com cada um de seus componentes. Na figura abaixo um resumo histórico do avanço do pensamento em SRI (*Social Responsible Investment*), Investimentos Socialmente Responsáveis.



Índices de sustentabilidade B3

Na B3, a Bolsa de Valores do Brasil, hoje uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro do mundo, temos desenvolvidos índices de sustentabilidade, que têm por objetivo apoiar investidores na tomada de decisões:

- **ISE B3 — Índice de Sustentabilidade Empresarial**

Indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial, apoiando os investidores em suas decisões de investimento ASG.

- **IGPTW B3 — Great Place to Work (Ótimo Lugar para se Trabalhar)**

Índice que agrupa um ranking das melhores empresas para se trabalhar, gerado pelo comprometimento dessas para o desenvolvimento dos funcionários, com um impacto positivo nos negócios.

- **ICO2 B3 — Índice de Carbono Eficiente**

Com o propósito de ser um indutor das discussões sobre as mudanças do clima no Brasil, demonstrando que as empresas que aderiram ao ICO2 antecipam a visão de como se preparar para uma economia de baixo carbono.

Mais informações sobre os índices B3 em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/

A implantação do ASG em hospitais

Antes de iniciar com a fase de diagnóstico da situação atual encontrada no hospital em relação ao ASG, é fundamental a divulgação de sua implantação, com explicações do significado e as fases para acompanhamento, mostrando não só a importância do tema, mas deixando claro que todos fazem parte dessa mudança.

Em reuniões preparatórias, os colaboradores são chamados para constituírem um grupo de trabalho, em que líderes de setores irão auxiliar o colaborador designado ou consultor na elaboração do diagnóstico.



Passo 1: O Diagnóstico — *O que nós já fazemos?*

Após a plena conscientização sobre a decisão tomada de implantação do ASG, toda empresa inicia esse processo com algo já em andamento.

Essa afirmação pode parecer estranha, mas fica fácil entender e é até animador perceber que nunca partiremos do zero. Sim, é uma questão de verificar o que já se tem de bom, aquilo que pode melhorar e o que pode ser feito a mais. Começamos pela análise de cada tópico da sigla:



A – Ambiental

A área ambiental é especialmente importante nos estabelecimentos hospitalares. Separamos em duas partes de atuação, uma que é no âmbito interno, isto é, restrita a ele, e outra que afeta o ambiente externo:



O que diz a Norma Regulamentadora NR 9 sobre riscos ambientais?

9.1.5 Para efeito desta **NR**, consideram-se **riscos ambientais** os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador.

- Riscos ambientais – resíduos hospitalares (controle e destinação)

De acordo com a RESOLUÇÃO RDC Nº 306, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 da Anvisa, que dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, temos a seguinte classificação de resíduos hospita-



Obs. Gestão de resíduos: o caminho da origem ao destino. Empresas envolvidas no processo, licenças, autorizações, Cetesb, Ibama (CTF IBAMA), etc.

Em cada uma das verificações, faça um relatório detalhado das ações já realizadas, deixando espaço para “sugestões”. Durante as verificações é comum escutarmos de colaboradores detalhes do processo e até opiniões de como poderia haver melhorias. Não podemos esquecer de que os colaboradores envolvidos muitas vezes lidam com o processo por muito tempo e têm um

conhecimento detalhado para sugerir mudanças positivas, com detalhes que muitas vezes o mais experiente consultor não pode prever. O conjunto de opiniões externas e internas tem um grau de eficiência a considerar.

O compromisso com o ambiental nos hospitais claramente tem início no acompanhamento e controle desses riscos ambientais e em relação aos resíduos hospitalares classificados e com controle exigido por lei. Além desse controle, são necessários um gerenciamento e um plano de emergência, contingenciamento e mitigação de eventuais acidentes, como vazamentos, locação inadequada, ferimentos no manuseio e demais riscos envolvidos.

No diagnóstico ambiental, após as verificações do que é feito diante das exigências legais, podemos nos perguntar: *Há algo que é feito a mais? Algo que vai além das exigências legais?*

- **Informação e transparência:** envolvimento, informação e sua divulgação para os colaboradores, pacientes e seus familiares sobre as ações de controle e destinação dos resíduos e dos riscos no ambiente hospitalar. Informação clara sobre os planos de controle e de emergência relacionados com os riscos existentes.
- **Comunidade do entorno:** envolvimento da comunidade do entorno do hospital sobre o controle e destinação de seus resíduos.
- **Parcerias:** com ONGs e projetos ambientais das comunidades do entorno do hospital, em projetos de educação ambiental, plantio de árvores nativas em áreas degradadas, reciclagem de resíduos sólidos etc.



Ou seja, ações que a instituição já faça que colaborem com a preservação do meio ambiente.

S – Social

Considerando o perfil dos serviços, temos uma condição apropriada mas pouco evidenciada do importante papel social de uma unidade hospitalar, inclusive daquelas com objetivo claro de lucratividade, mesmo sem considerar os estabelecimentos essencialmente beneficentes, filantrópicos, voluntários.



Além disso, nos aspectos sociais, também estão incluídas as questões trabalhistas. Obviamente o que é de lei não se discute, mas esses pontos devem entrar no escopo dos relatórios posteriores.

Além das obrigações da CLT, quais os benefícios fornecidos aos colaboradores?

Há algum programa existente? Por exemplo:

- **Pacientes:** trabalhos diferenciados que o hospital já ofereça para Pacientes e Familiares.
- **Comunidade do entorno:** programas de apoio, educação e outros que evidenciem a importância da saúde preventiva.
- **Parcerias:** com ONGs, programas sociais de terceiros, associações de bairros, em projetos de educação e saúde.
- **Funcionários:** trabalhos voltados à qualidade de vida do funcionário.





G – Governança

O diagnóstico ou mapa de governança é elaborado levando em consideração vários elementos que irão demonstrar a maturidade administrativa da empresa. Começando com a transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, que integram os bons princípios administrativos. No diagnóstico, três perguntas básicas diante de cada um desses princípios: *Sou?* *Tenho?* *Quais evidências?*

Para responder essas perguntas é necessário ir um pouco mais a fundo em alguns pontos da área financeira, contábil, recursos humanos e área fiscal. Pois nessa tomada de informações teremos mais elementos para formatar o diagnóstico e detectar os riscos envolvidos, tema importante para que a área administrativa considere ações preventivas para cada um desses riscos.

O diagnóstico de governança naturalmente leva ao entendimento dos pontos fortes e fracos da administração e, principalmente, onde melhorar, que é o foco principal de um projeto de implantação do ASG, valendo isso para toda a estrutura do negócio.

- São também pontos de verificação para formatação do diagnóstico: divisão dos setores administrativos, indicadores, ferramentas de gestão implantadas, relatórios e certificações existentes, sejam de exigência legal ou voluntárias.

Lembrando que a governança, como já mencionado nesse texto, também engloba os temas relacionados ao *Compliance*, que por sua vez envolve o ambiental e social. Afinal, conformidade significa estar de acordo com a legislação em geral, tanto a ambiental, a trabalhista, de defesa do consumidor, e todas as demais. E o *Compliance* vai além da conformidade legal, é também o ser ético, íntegro, ético com o meio ambiente, com o cliente, com o investidor e com todas as partes relacionadas ao negócio.

Passo 2: Metas – *Onde queremos chegar?*

Ao final do diagnóstico prepara-se um relatório resumido, com medidas e indicadores daquilo que já é desenvolvido. Esse relatório irá dar uma medida atual e de onde que a empresa quer chegar, sendo um parâmetro importante para incentivo da equipe.

Diretrizes — Com um retrato da sua posição atual, o próximo passo é a definição do melhor caminho para avançar na jornada ASG. Como posso melhorar o que já tenho em andamento, dentro das questões legais e voluntárias?

Em cada componente do ASG a questão é verificar o que mais posso fazer para avançar no compromisso. As sugestões dos próprios colaboradores são de muita valia, pois eles vivem a realidade do hospital, no dia a dia. A abertura de sugestões muitas vezes surpreende positivamente.



AMBIENTAL



- **Campanhas** de conscientização ambiental: mostrando as ações para redução do consumo de água e de desperdício de materiais. Mostrar o caminho dos resíduos.
- **Prevenção:** de riscos associados ao ambiente.
- **Conscientização:** divulgar ações que os meus clientes (pacientes e parentes) podem fazer em casa para melhor destinação do lixo. Utilização de embalagens biodegradáveis, produtos de limpeza que não agride o meio ambiente e tem menor toxicidade.
- **Comunidade do entorno:** envolver a comunidade local em projetos de cunho ambiental.
- **Reciclagem:** criar pontos de coleta de medicamentos vencidos.

SOCIAL

- **Pacientes:** o atendimento voltado para humanização do tratamento de saúde, com preparação da equipe, desde à recepção até os médicos, a olharem o paciente de forma integral, cuidando de sua autoestima e considerando todo lado emocional que influencia no tratamento médico.



- **Pacientes terminais:** o tratamento paliativo com dignidade, não para sedar o paciente, mas para que tenha qualidade de vida, e que os momentos de lucidez, com a dor amenizada, possam ser valiosos em suas trajetórias, como orienta a Dra. Ana Cláudia Quintana Arantes em seu livro *Morrer é um dia que vale a pena viver*.
- **Familiares:** a atendimento aos familiares dos pacientes, através de programas de apoio psicológico, saúde preventiva e outros.
- **Comunidade local:** promover ações envolvendo a comunidade local em projetos de educação de higiene, ciências e prevenção DSTs. Parceria com ONGs do entorno do hospital.
- **Funcionários:** ações para o bem-estar dos funcionários, em especial pela saúde mental deles para que lidem da melhor forma com os sofrimentos dos que buscam a Instituição e possam naturalmente oferecer o tratamento humanizado, recebendo-os e os acolhendo-os com respeito e carinho.



GOVERNANÇA

- **Qualificação:** investir na qualificação dos colaboradores envolvidos na gestão, aprimoramento do código de conduta, fortalecendo os princípios da ética, aperfeiçoamento das ferramentas de gestão e de infraestrutura de TI.
- **Campanhas:** ampla divulgação dos princípios da Instituição, sua missão, visão, valores e Código de Conduta.
- **Valorização:** dos princípios da boa administração.



Passo 3: Metas — Como chegar?

A. Preparo — Com as diretrizes gerais definidas, se evolui para o planejamento das mudanças e preparo nas áreas para a implementação propriamente dita. Nesta etapa, cada área terá um conjunto de ações para a implementação. Sugere-se preparar uma mudança para cada área: ambiental, social e de governança, com prazo definido.

B. Implementação — Aqui se começa a implementação das práticas ASG no negócio, com o acompanhamento das equipes designadas, seguindo o planejamento. A partir daqui cada implementação pode ser divulgada e o seu desenvolvimento deverá ser acompanhado.

C. Medição — Com as novas práticas implementadas, se deve definir as métricas mais importantes e monitorar periodicamente, através de indicadores/KPIs (*Key Performance Indicator*, ou Indicador-Chave de Desempenho).

Passo 4: Relatar — Não basta fazer, é preciso registrar!

Para divulgar o comprometimento e ações da empresa com o ASG, é necessário um relatório.

Um relatório de sustentabilidade é a principal ferramenta para que a empresa possa relatar seu desempenho nas áreas ambiental, social e de governança a todos os interessados. Nele devem ser apresentados, de forma transparente, todos os ganhos advindos de suas ações nessas áreas e apresentar os **indicadores de desempenho** relevantes para o **desenvolvimento sustentável da empresa**.

Com o ASG temos metas a seguir e o relatório mostrará onde a empresa está e onde quer chegar.

Um relatório anual de sustentabilidade, de forma resumida, deve apresentar a seguinte estrutura:

Introdução	Histórico, caminhos seguidos para chegar até o relatório, particularidades, fatos
Mensagem do Gestor principal	
O ano em números e indicadores de desempenho	Tempo de mercado, filiais, número de clientes, colaboradores, receita, etc.
Cultura da empresa	
Missão, visão e valores	
Modelo de negócio	
Agenda de sustentabilidade Descrição Envolvimento Impactos Indicadores	Qualidade e segurança Ética, integridade e transparência Ecoeficiência dos produtos, serviços e operações Saúde e segurança Cultura organizacional Marketing e relacionamento com o cliente
Governança Corporativa	Organograma Gestão de riscos Código de conduta
Pessoas	Pesquisas de clima Treinamentos e educação Eventos Benefícios Avaliação de desempenho
Detalhes produtos e serviços	
Fornecedores	
Clientes	
Gestão ambiental – desafios e soluções	Resíduos Energia Água e efluentes Redução de consumo
Metas	
Conclusão	
Sumário	

Existem padrões internacionais de relatórios, sendo o mais utilizado o GRI (***Global Reporting Initiative***), adequado às mais diversificadas áreas empresariais.

O ***Global Reporting Initiative (GRI)*** é uma organização holandesa sem fins lucrativos, responsável por desenvolver parâmetros para os **relatórios de sustentabilidade**. Sua principal contribuição está em garantir a qualidade e clareza das informações e que o conteúdo seja suficiente para o leitor interpretar os dados e formar uma opinião sobre as atividades desenvolvidas pela empresa. Através de associação, os modelos podem ser utilizados diante das diretrizes da organização, traduzidas para vários idiomas. <https://www.globalreporting.org/>.



Sugestão de leitura: ***Adesão hospitalar do sistema suplementar de saúde à divulgação de resultados segundo modelo Global Reporting Initiative (GRI)***: <https://www.scielo.br/j/eins/a/JhgfD3MWvPD6zrpydDMHC8d/?lang=pt&format=pdf>.

Aponte a câmera no código acima para acessar o link do seu smartphone.

Passo 5: Verificação — Como estamos indo?

Constantemente se deve questionar os processos e verificar as métricas e organização geral. Realizar auditorias internas e/ou independente quando for o caso.

Reuniões periódicas com as equipes engajadas com o ASG devem ser realizadas para construção do relatório durante o ano corrente.

Pacto Global e as ODS

O Pacto Global é uma chamada para as empresas alinharem suas estratégias e operações aos dez princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção a desenvolverem ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade. É hoje a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 16 mil participantes, entre empresas e organizações, distribuídos em 70 redes locais, que abrangem 160 países¹.



Em 2015, a ONU propôs aos seus países membros uma nova agenda de desenvolvimento sustentável para os próximos 15 anos, a Agenda 2030, composta pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e cada um desses com metas a atingir².

A divulgação do Pacto Global e seus ODS nas empresas fazem parte de uma importante estratégia para o engajamento das questões que envolvem o ASG.

¹<https://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa>

²<https://www.pactoglobal.org.br/ods>

1 Erradicar
a pobreza



2 Erradicar
a fome



3 Saúde de
qualidade



4 Educação de
qualidade



5 Igualdade
de gênero



6 água potável
e saneamento



7 Energias
renováveis e
acessíveis



8 Trabalho digno
e crescimento
econômico



9 Indústria,
inovação e
infraestruturas



10 Reduzir as
desigualdades



11 Cidades e
comunidades
sustentáveis



12 Consumo e
produção
responsáveis



13 Ação contra a
mudança global
do clima



14 Vida na
água



15 Vida
terrestre



16 Paz, justiça e
instituições
eficazes



17 Parcerias e
meios de
implementação




OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Além da divulgação, cada empresa pode escolher um ou um conjunto dos objetivos para engajamento, de acordo com sua área e de forma voluntária.

Por exemplo:



Conclusão

A adesão e implantação dos princípios do ASG numa empresa passa pela reflexão de que, em primeiro lugar, não é uma decisão com base apenas numa necessidade de propaganda de uma marca, de um negócio e outras. A sustentabilidade está ligada a uma diversidade de ações, de processos, de comportamento e de sensibilidade com o que ocorre no mundo e, principalmente, no seu entorno. As pessoas são os beneficiários principais de tudo aquilo que fazemos para melhorar o ambiente que vivemos, no qual trabalhamos, e administrar isso passa por seguir bons princípios também. Diminuir as vulnerabilidades a que estamos expostos é o caminho para a prosperidade, e isso passa pela necessidade de rever a forma pela qual exploramos os recursos. Sustentabilidade é muito mais do que uma simples palavra, é a chance de seguirmos evoluindo, na ciência, na tecnologia e no bem-estar.

Referências bibliográficas

ABBI - Associação Brasileira de Bancos Internacionais; FEBRABAN - Federação Brasileira dos Bancos. **Função de Compliance**. São Paulo: PricewaterhouseCoopers, 2009.

Disponível em:

<http://www.abbi.com.br/download/funcaodecompliance_09.pdf>. Acesso em 08 abr. 2023.

ARANTES, A.C.Q. **A morte é um dia que vale a pena viver**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

BRASIL. Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Lex**: legislação federal, Brasília, 1964.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em 15 mar. 2023.

Índice de Sustentabilidade. B3 — Bolsa de Valores do Brasil, São Paulo.

Disponível em:

<https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/>. Acesso em 10 abr. 2023.

CETESB, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. **Roteiros Licenciamento Ambiental Municipal**.

Disponível em:

<<https://cetesb.sp.gov.br/licenciamentoambiental/>>. Acesso em 12 fev. 2023.

GIOVANINI, W. **Compliance A excelência na prática.** 1 ed. São Paulo: FNQ, 2014.

GRI. GLOBAL REPORTING INICIATIVE

Disponível em:

<<https://www.globalreporting.org/>> . Acesso em 10 Abr 2023

MAY, P. **Economia do meio ambiente.** 3 ed. São Paulo: GEN LTC, 2018.

IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa.** 5 ed. São Paulo: IBGC, 2015.

Disponível em:

<<https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=21138>>.

Acesso em 25 mar 2023.

IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Guia de Sustentabilidade para Empresas.** São Paulo: IBGC, 2007.

Disponível em:

<<https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=22127>>.

Acesso em 25 mar. 2023.

IPCC Intergovernmental Panel on Climate Change. Climate change widespread, rapid, and intensifying. Geneva: IPCC, Ago. 2021.

Disponível em:

<<https://www.ipcc.ch/2021/08/09/ar6-wg1-20210809-pr/>>. Acesso em 20 mar. 2023.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Retomada Verde.** Jornal O Estado de São Paulo, São Paulo.

Disponível em:

<<https://tudo-sobre.estadao.com.br/retomada-verde>>. Acesso em 10 mar. 2023.

PACTO GLOBAL – A iniciativa.

Disponível em:

<<https://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa>>. Acesso em 20 mar 2023.

PACTO GLOBAL – ODS.

Disponível em:

<<https://www.pactoglobal.org.br/ods>>. Acesso em 20 mar 2023.

ROSSETTI, J.P., ANDRADE, A.; **Governança Corporativa: Fundamentos, desenvolvimento e tendências**. São Paulo: Atlas, 2012.

SOLOW, R. apud MUELLER, C.C. **O debate dos economistas sobre a sustentabilidade: uma avaliação sob a ótica da análise do processo produtivo de Georgescu-Roegen**. São Paulo: Dez. 2005.

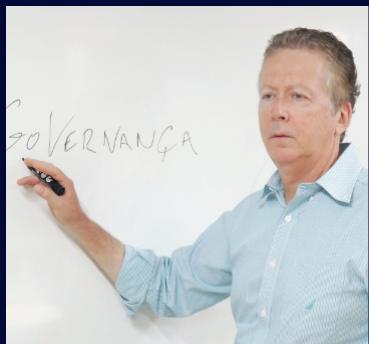
Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ee/a/Q9sqCGjL85yNDx6PJzPJdtg/?lang=pt>>. Acesso em 02 abr. 2023.

VEIGA, J. E. da. **Economia Socioambiental**. 1 ed. São Paulo: Senac, Mar. 2010.



www.opuspac-university.com



Carlos E. Vageler

Gerente da Opuspac LTDA e titular do conselho de direção da Opuspac University. Bacharel em Administração de Empresas com pós-graduação em Gestão e Governança Corporativa Socioambiental - ESG, MBA em Psicopedagogia Empresarial. Graduado em Gestão Pública, Processos Gerenciais e licenciatura.

Trabalhou nas áreas de fisiologia clínica esportiva, educação e turismo ambiental.

ESG — *Environment, Social & Governance*, ou Ambiental, Social e Governança (ASG) — mais que uma sigla, um reconhecimento que a sustentabilidade é um caminho pleno e duradouro para um negócio.

O objetivo deste livro é dar conhecimento dos conceitos do ASG e sua aplicação no ambiente hospitalar ou qualquer outra área.

Opuspac Ltda.

Rua Humberto Pela, 68, Louveira,
São Paulo - Brasil - CEP 13.293-256

Fone: (19) 3878 1036

WhatsApp (19) 9 9948 0658 ☎

www.opuspac.com

blog.opuspac.com

info@opuspac.com

www.opuspac-university.com

Redes Sociais

⌚ [@opuspac_ltda](https://twitter.com/@opuspac_ltda)

⌚ [/opuspac](https://facebook.com/opuspac)

⌚ [/company/opuspac-ltda-](https://linkedin.com/company/opuspac-ltda-)



Grupo de automação hospitalar presente
em mais de 800 hospitais em 24 países